

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 7ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
- CNPJ/MF: 04.172.213/0001-51
- Diretor de Relação com Investidores: Sr. Gustavo Estrella
- Atividades: (i) prestar serviços públicos de energia, podendo estudar, planejar, projetar, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) prestar serviços técnicos ou gerenciais que, direta ou indiretamente, se relacionar com a distribuição e o comércio de energia; (iv) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário, quando definido em lei.

Características da Emissão

- Emissão: 7ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 05/02/2013
- Data de Vencimento: 05/02/2021
- Banco Escriturador/Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: CFP17/ BRCFPDBS065
- Coordenador Líder: BB – Banco de Investimento S.A.

- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do endividamento e reforço de capital de giro.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 28/04/2016, foi aprovada a alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação de aumento do seu capital social.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,90 em 2015 para 0,84 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,03 em 2015 para 1,11 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,03 em 2015 para 1,11 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,90 em 2015 para 0,86 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 22,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou aumento de 34,9% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 51,10% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 8,8% de 2015 para 2016, e um aumento no índice de endividamento de 3,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 0,83% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

05/02/2016 – R\$ 733,615530

05/08/2016 – R\$ 721,426519

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 23.500

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 23.500

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Garantidora (CPFL ENERGIA S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros descritos na alínea "I" do item 4.13.1 da Escritura de Emissão.

	Para o exercício findo em 31.12.2016
(+) Lucro líquido (<i>pro forma</i>)	829.621
(+) Receita (despesa) financeira líquida (<i>pro forma</i>)	1.481.960
(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social (<i>pro forma</i>)	559.507
(+) Depreciação e amortização (<i>pro forma</i>)	1.246.139
(=) EBITDA ajustado (<i>pro forma</i>)	<u>4.117.227</u>
Dívida líquida <i>pro forma</i>	13.224.586
Dívida líquida <i>pro forma</i> / EBITDA ajustado (<i>pro forma</i>)	3,21
Exigência dos contratos	≤ 3,75
Resultado financeiro <i>pro forma</i>	(782.875)
EBITDA ajustado (<i>pro forma</i>) / resultado financeiro <i>pro forma</i>	5,26
Exigência dos contratos	≥ 2,25

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:**

(Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.**
 - Emissão: 2ª.
 - Valor da emissão: R\$ 1.320.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 13.200;
 - Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;

- Prazo de vencimento das debêntures: 01/06/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

14/01/2016 – R\$ 1.755,203500

Prêmio:

14/01/2016 – R\$ 1.250,000000

Resgate Total Antecipado:

14/01/2016 – R\$ 100.000,000000

(ii) Denominação da companhia ofertante: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

- Emissão: 5ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.092.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 10.920;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 01/06/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

01/06/2016 – R\$ 7.453,492700

01/12/2016 – R\$ 7.612,987300

Prêmio:

29/12/2016 – R\$ 150,000000

(iii) Denominação da companhia ofertante: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 460.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 46.000;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 21/08/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

22/02/2016 – R\$ 711,501530

22/08/2016 – R\$ 729,090109

(iv) Denominação da companhia ofertante: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

- Emissão: 7ª.
- Valor da emissão: R\$ 635.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 63.500;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 25/04/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

25/04/2016 – R\$ 721,625460

25/10/2016 – R\$ 751,521380

Prêmio:

15/12/2016 – R\$ 10,196193

29/12/2016 – R\$ 5,098096

(v) Denominação da companhia ofertante: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

- Emissão: 8ª.
- Valor da emissão: R\$ 70.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 01;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 28/04/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

28/04/2016 – R\$ 4.831.952,640243

(vi) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S.A.**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 660.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 660;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 03/07/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

04/01/2016 – R\$ 72.251,241000

04/07/2016 – R\$ 71.989,287999

Prêmio:

28/12/2016 – R\$ 1.595,783106

(vii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S.A.**

- Emissão: 7ª.
- Valor da emissão: R\$ 505.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 50.500;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 05/02/2021;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

05/02/2016 – R\$ 733,615530

05/08/2016 – R\$ 721,426519

(viii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 110.000.000,00;

- Quantidade de debêntures emitidas: 110;
- Espécie: Quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 03/07/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

04/01/2016 – R\$ 72.251,241000

04/07/2016 – R\$ 71.989,287999

Prêmio:

28/12/2016 – R\$ 1.595,783106

(ix) Denominação da companhia ofertante: **RIO GRANDE ENERGIA S.A.**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 500;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 03/07/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

04/01/2016 – R\$ 72.251,241000

04/07/2016 – R\$ 71.989,287999

Prêmio:

28/12/2016 – R\$ 1.595,783106

(x) Denominação da companhia ofertante: **RIO GRANDE ENERGIA S.A.**

- Emissão: 7ª.
- Valor da emissão: R\$ 170.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 17.000;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 05/02/2021;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 05/02/2016 – R\$ 733,615530
 - 05/08/2016 – R\$ 721,426519
- (xi)** Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ**
- Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 65.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 650;
 - Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 09/06/2018;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 09/06/2016 – R\$ 7.453,267100
 - 09/12/2016 – R\$ 7.601,738799
- (xii)** Denominação da companhia ofertante: **CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**
- Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 430.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 43.000;
 - Espécie: com garantia real;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 21/05/2022;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A. (“PCH Holding”), empresa controladora das empresas SPE Aiuruoca Energia S.A., SPE Arvoredo Energia S.A., SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Cocais Grande Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., SPE Varginha Energia S.A. e SPE Ninho de Águia Energia S.A.; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A. (“BVP”),

empresa controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., titular do complexo eólico Bons Ventos (EOL Taíba Albatroz, EOL Canoa Quebrada, EOL Bons Ventos e EOL Enacel); e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculada(s) pela qual(is) deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A., nos termos do item 4.16.1 (i) e (ii) da respectiva Escritura de Emissão;

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

23/05/2016 – R\$ 1.000,000000

Juros:

23/05/2016 – R\$ 722,953125

21/11/2016 – R\$ 650,540785

(xiii) Denominação da companhia ofertante: **CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 300.000;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures: 28/03/2021;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

28/03/2016 – R\$ 76,336940

28/09/2016 – R\$ 80,178260

(xiv) Denominação da companhia ofertante: **CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 296.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 29.600;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures: 25/05/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

25/05/2016 – R\$ 792,491799

25/11/2016 – R\$ 809,601600

(xv) Denominação da companhia ofertante: CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

- Emissão: 4ª.
- Valor da emissão: R\$ 400.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 20; e (ii) 2ª Série: 20;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 28/09/2021; e (ii) 2ª Série*: 5 anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série.
*As Debêntures da Segunda Série não foram subscritas e integralizadas no exercício social de 2016.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada pela CPFL Energia S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(xvi) Denominação da companhia ofertante: PCH HOLDING 2 S.A.

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 158.192.994,42;
- Quantidade de debêntures emitidas: 1.581;
- Espécie: quirografária, com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 20/06/2023;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela CPFL Energias Renováveis S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

20/06/2016 – R\$ 5.503,235100

Juros:

20/01/2016 – R\$ 1.118,177848

22/02/2016 – R\$ 1.173,762349

21/03/2016 – R\$ 1.117,508489
20/04/2016 – R\$ 1.173,729160
20/05/2016 – R\$ 1.173,729160
20/06/2016 – R\$ 1.117,508489
20/07/2016 – R\$ 1.158,396706
22/08/2016 – R\$ 1.211,407878
20/09/2016 – R\$ 1.052,468312
20/10/2016 – R\$ 1.105,416880
21/11/2016 – R\$ 1.036,799462
20/12/2016 – R\$ 1.078,730919

(xvii) A Pentágono atua como Agente Fiduciário na 2ª Emissão de Notas Promissórias da CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.. Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site:

<http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	783.818	576.416
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	541.572	638.856
Tributos a compensar	7	36.247	52.134
Derivativos	30	-	143.356
Ativo financeiro setorial	8	-	399.540
Estoques		2.104	1.738
Outros créditos	11	102.355	124.941
Total do circulante		1.466.096	1.936.980
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	13.504	11.480
Depósitos judiciais	19	209.178	197.354
Tributos a compensar	7	19.179	18.431
Derivativos	30	130.940	253.392
Ativo financeiro setorial	8	-	128.500
Créditos fiscais diferidos	9	52.320	-
Ativo financeiro da concessão	10	860.979	784.893
Outros créditos	11	6.324	6.251
Intangível	12	897.678	897.902
Total do não circulante		2.190.102	2.298.203
Total do ativo		3.656.198	4.235.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	466.360	645.582
Encargos de dívidas	14	11.004	10.283
Encargos de debêntures	15	21.301	21.631
Empréstimos e financiamentos	14	137.207	504.554
Debêntures	15	32.920	-
Entidade de previdência privada	16	6.437	27
Taxas regulamentares	17	68.849	183.793
Impostos, taxas e contribuições	18	114.314	177.062
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	72.080	199.323
Obrigações estimadas com pessoal		15.857	12.971
Derivativos	30	4.257	-
Passivo financeiro setorial	8	260.642	-
Outras contas a pagar	20	103.745	117.539
Total do circulante		1.314.974	1.872.766
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	17.213	14.353
Empréstimos e financiamentos	14	1.155.774	1.180.231
Debêntures	15	311.425	344.158
Entidade de previdência privada	16	133.653	10.806
Débitos fiscais diferidos	9	-	45.602
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	233.869	198.117
Derivativos	30	16.257	4.041
Passivo financeiro setorial	8	93.787	-
Outras contas a pagar	20	23.490	27.440
Total do não circulante		1.985.468	1.824.747
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		235.556	178.574
Reserva de capital		60.493	111.255
Reserva legal		-	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		173.644	177.610
Dividendo adicional proposto		-	68.324
Resultado abrangente acumulado		(113.939)	(4.314)
Total do patrimônio líquido		355.755	537.670
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.656.198	4.235.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 2

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	3.132.760	3.817.267
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(2.186.823)	(2.734.588)
Custo de operação	25	(224.058)	(201.004)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(203.884)	(187.605)
Lucro operacional bruto		517.995	694.070
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(136.908)	(114.424)
Despesas gerais e administrativas		(146.393)	(130.689)
Outras despesas operacionais		(10.259)	(4.800)
Resultado do serviço		224.435	444.156
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		160.011	149.769
Despesas financeiras		(266.890)	(265.500)
		(106.879)	(115.731)
Lucro antes dos tributos		117.556	328.425
Contribuição social	9	(13.002)	(31.297)
Imposto de renda	9	(36.440)	(85.491)
		(49.442)	(116.788)
Lucro líquido do exercício		68.114	211.637
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,23	3,82
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	1,35	4,20

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Piratininga de Força e Luz
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Piratininga em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.8 às demonstrações financeiras, a contabilização da energia distribuída aos consumidores, mas ainda não faturada, impacta o montante da receita líquida reconhecida no exercício, bem como o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias a receber. O processo de avaliação e determinação da estimativa, o qual inclui o desenvolvimento de premissas que impactam no cálculo do volume e montante de energia distribuída e não faturada, é complexo e envolve julgamento significativo por parte da Administração. Portanto, consideramos a estimativa do montante de receita e de contas a receber de consumidores concessionárias e permissionárias decorrentes de energia distribuída, mas não faturada, como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esta estimativa contábil incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos

relevantes adotados pela Administração da Companhia para determinar o montante da receita de energia distribuída, mas não faturada, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados, e (iii) desafio às principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de tal estimativa. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Administração e efetuamos teste de valorização da receita de energia distribuída e não faturada, por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia, com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes substantivos.

Capitalização de gastos como ativo intangível da concessão

Diante do montante envolvido e da dispersão dos investimentos em toda a área de concessão da Companhia, bem como pelo fato da infraestrutura de distribuição ser a base utilizada pelo regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel) para determinar a tarifa para cada ciclo tarifário, ou seja, a infraestrutura de distribuição é base de remuneração regulatória - BRR, consideramos a segregação e capitalização de gastos ao ativo intangível da concessão, como um assunto foco de nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização dos gastos à infraestrutura de distribuição, (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas utilizados pela Companhia para controlar o ativo intangível e respectivos gastos capitalizados, (iii) execução de testes, por amostragem, afim de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo intangível e ativo financeiro da concessão, (iv) desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e (v) comparação da natureza e do volume de gastos capitalizados com aqueles homologados pelo regulador no último período de revisão tarifária da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes
Contador
CRC nº 1 SP 203310/O-6